

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXIV nº 1356 - 08/08/2016 a 14/08/2016

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

SANIDADE

O RISCO DAS PRAGAS OLÍMPICAS

EXEMPLO

Um modelo de sustentabilidade

ENTREVISTA

Você está preparado para a sucessão?

www.sistemafaep.org.br

Finalmente começaram os Jogos Olímpicos!

Depois de tantos problemas com a organização, é hora de parar e assistir ao grande espetáculo. E de torcer: para os brasileiros nos esportes coletivos e individuais, e para tantos outros atletas, de diversas nações, que estarão mostrando o melhor do esporte mundial aqui no Brasil.

O produtor rural tem uma razão a mais para torcer: a manutenção da sanidade agropecuária em um momento de trânsito intenso de estrangeiros pelo país. Como mostra a reportagem de capa desta edição. O esforço de barrar a entrada de pragas agrícolas no país é um desafio enorme para as autoridades brasileiras. Há uma variedade enorme de doenças, em especial no campo da fruticultura, que podem chegar ao país na bagagem de atletas e turistas. E o país estará pronto?

Há muito mais nesta edição: o exemplo de uma propriedade que se tornou referência em produção sustentável, o cultivo de flores no Vale do Ivaí (que contou com o apoio decisivo do SENAR-PR) e outros assuntos do interesse do produtor.

Boa leitura!

Índice

Mandioca	03
Fazenda Santa Maria	06
Proagro	10
Bem-estar	12
Pragas Olímpicas	14
Sucessão Familiar	18
Seminários de Grãos	21
Agroquímicos	22
Flores	24
Notas	26
Comércio Exterior	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradí Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo
Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, André Amorim e Carlos Guimarães Filho | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pedir-se citar a fonte.

Fotos da edição 1356: Fernando Santos, Milton Doria, Shutterstock, Divulgação, Arquivo FAEP

O desafio da mandioca

Preço da raiz eleva-se, mas não o suficiente para recuperar os prejuízos de 2015

Por André Amorim



“A vida de quem planta mandioca é assim: uma hora está no céu, na outra está no inferno”, a observação do produtor e presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Mandioca e Derivados, Oswaldo Zanqueta, diz muito sobre a realidade da produção da raiz, que vive altos e baixos com as oscilações dos preços no mercado e com o clima, que ora colabora, ora prejudica a atividade.

Nos últimos meses, os preços da mandioca e da fécula aumentaram bastante, mas nem isso foi suficiente para animar os produtores, que amargaram em 2015 e no início de 2016 uma longa temporada no inferno.

De acordo com o “Panorama de mercado das principais atividades da agropecuária paranaense”, levantamento desenvolvido por técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR, em junho de 2015 a média de preço da raiz paga aos produtores era de R\$ 151,77 por tonelada. Em junho deste ano esse valor mais do que dobrou,

passando para R\$ 325,87/ton. Da mesma forma a fécula que era comercializada a R\$ 1.016,19 a tonelada em 2015, passou para R\$ 1.999,52 em 2016.

Quando apresentados fora do contexto, a alta pode impressionar. Mas não é o caso: a base de comparação é muito baixa e o que acontece agora é, de fato, uma volta à normalidade. “O preço do ano passado não pagou nem o arrendamento da terra, ainda estamos pagando o prejuízo”, explica Zanqueta.

Com o produtor descapitalizado, a área destinada à raiz tende a encolher. A estimativa do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab) é de uma redução de 7% na área em 2016. No ano passado, a área ocupada pela cultura era de 143.115 hectares. Neste ano são destinados 133.222 hectares. A produção caiu em uma proporção de 6%, passando de 3,95 milhões de toneladas em 2015, para uma previsão de colheita de 3,73 milhões de toneladas este ano, já que



ainda existem raízes na terra para serem colhidas.

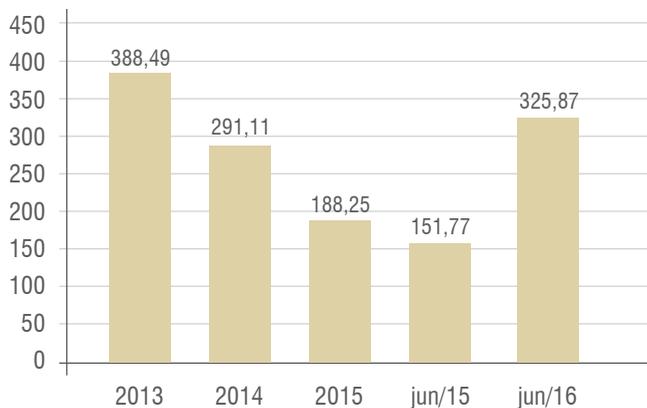
A alta nos preços está levando muitos produtores a antecipar a colheita. Segundo o Deral, entre janeiro e julho de 2015, 53% da área plantada estava colhida. Neste ano, no mesmo período, 70% da área plantada já foi colhida, um aumento de 32%.

Vale lembrar que a mandioca tem grande importância econômica para o Paraná, que é o segundo maior produtor do Brasil, atrás somente do Pará. Apesar de a área destinada à raiz corresponder a apenas 6% do total nacional, o Estado responde por 15,3% da

produção brasileira. Isso se explica por vantagens climáticas e de solo que favorecem a cultura no Estado.

Além disso, o Paraná concentra 58% do parque industrial de fecularias e farinheiras do país. Em 2015 o Estado foi responsável por 70% da produção nacional de fécula de mandioca. Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias da Mandioca do Estado do Paraná, João Eduardo Pasquini, ano passado o Estado produziu 750 mil toneladas de fécula. A capacidade instalada do nosso parque industrial é de cerca de 1 milhão de toneladas anuais. Por enquanto, segundo ele, as indústrias trabalham a todo vapor, mas esse cenário pode mudar. “Neste mês vai ser a virada, pode começar a falhar o abastecimento”, explica. Isso porque estamos na fase final da colheita e o clima não vem ajudando. Para arrancar a raiz é preciso que a terra esteja amolecida pela chuva e no momento o solo está seco nas regiões produtoras.

Preços médios - Período recebido pelo produtor (Tonelada Raiz) - PARANÁ



Fonte: CEPEA/Esalq jul/2016 (média das três regiões produtoras)

Clima adverso

Em 2015, o clima foi bastante prejudicial à cultura da mandioca. Segundo o engenheiro-agrônomo do Departamento Técnico-Econômico (DTE) da FAEP, Christopher Azevedo, devido ao fenômeno El Niño, as chuvas excessivas comprometeram as áreas de mandioca no Paraná, baixando a qualidade e também a quantidade das raízes disponíveis. O fenômeno também prejudicou as safras no Norte e Nordeste do país, que também sofreram quebra na produção no ano passado.

“O produtor enfrentou no começo do plantio do ano passado um período muito seco e quem deixou para plantar mais tarde encontrou muita chuva”, explica Zanqueta. Segundo ele, boa parte das roças plantadas no ano passado estão comprometidas.

“Choveu mil milímetros na região, deu muita podridão, muita perda”, observa o produtor de mandioca e presidente do Sindicato Rural de Alto Paraná, Luiz França. Na atividade há 27 anos, esta foi a primeira vez que ele precisou comprar ramos (manivas) de mandioca para o plantio no ano seguinte, pois não pôde aproveitar as ramos porque estavam muito comprometidas. “Teve muita chuva e pouca luz, a parte aérea da planta não se desenvolveu”, observa. “foi mais um custo que onerou os produtores.”

A rigor, as consequências das perdas climáticas de 2015 devem aparecer com mais força em 2017, uma vez que a mandioca é uma cultura de dois anos. Porém, muitos produtores colhem a raiz antecipadamente para aproveitar um momento de melhor remuneração.

Foi o que fez França. “Vendi antes de perder tudo, mesmo com o preço baixo”, conta. Segundo ele, sua produtividade caiu cerca de 50% em decorrência dos problemas climáticos. “A média que era de 35,8 toneladas por hectare, no ano passado foi de 18 toneladas”, recorda.

Momento de virada

Na opinião de algumas lideranças, os prejuízos amargados pelos produtores no ano passado podem mudar a configuração da mandiocultura paranaense. Em geral, a atividade trabalha com terras arrendadas. Até poucos anos atrás, era praxe nessas relações que o arrendador fosse pago com um percentual da produção, dividindo com o arrendatário os riscos da lavoura. Porém, hoje não

se encontram mais proprietário de terra dispostos a fazer esse tipo de negócio, de modo que é preciso pagar adiantado pela área arrendada e torcer para tudo correr bem até a colheita.

“Estão pagando 2,5 a 3 mil por hectare no início do arrendamento”, conta Zanqueta. Com isso, segundo ele, o produtor fica descapitalizado. “Está ficando inviável, o produtor já sai com um custo muito alto, aí tem dificuldades em cumprir os compromissos com plantio, adubação, etc.”, explica. Também pesa no bolso do produtor os custos com a colheita. Segundo Zanqueta, entre colheita e frete o custo por tonelada da raiz fica entre R\$ 110 e 120. Se levar em conta os preços pagos pela raiz em junho de 2015, que era de R\$ 151, apenas esta etapa da produção consome quase toda a renda do produtor.

Nesta equação entra outro fator complicador, a mandioca clandestina que entra pela porosa fronteira do Brasil com o Paraguai. Segundo Zanqueta, para trazer mandioca de uma área que possui no Estado de São Paulo, ele paga uma média de R\$ 1 mil em impostos para cada carga de 20 toneladas de raiz, enquanto as mandiocas paraguaias entram muitas vezes isentas de impostos. A questão já foi levada ao secretário de Agricultura e Abastecimento do Paraná, Norberto Ortigara, a quem foi pedido maior fiscalização nas fronteiras.

Na opinião de Luiz França, as safras de 2016 e 2017 serão um divisor de águas na atividade. “Se tiver preço e o produtor conseguir se capitalizar, ele continua. De outra forma, quem tem área grande vai para outra atividade”, avalia. Na sua região, uma opção que vem ganhando espaço é a cana-de-açúcar. “Bem ou mal, tem mais garantias”, pondera.

Segundo ele, diferentemente de culturas como soja e milho, que têm ciclo de quatro, cinco meses, a mandioca traz muita imprevisibilidade ao longo de 24 meses de ciclo. “A gente sempre trabalha com uma interrogação muito grande, muita coisa pode acontecer em dois anos”, avalia.



Gestão e engajamento

Em Guarapuava, o Grupo Santa Maria transformou o setor agrícola em uma referência na produção sustentável de grãos

Por Hemely Cardoso

Cada vez mais presente no dia a dia, o debate sobre sustentabilidade e preservação da natureza ganhou força nos últimos anos também no setor agrícola. Muitas vezes, a agricultura é vista como a inimiga do meio ambiente, como se a produção de alimentos e a natureza estivessem em campos opostos. Contudo, é possível produzir respeitando o meio ambiente, o que, no campo, se faz com o uso das chamadas “boas práticas agrícolas”. Além de conservar os recursos naturais, tais práticas elevam a produtividade de uma lavoura, gerando lucros aos produtores rurais (o que vai garantir a sobrevivência da propriedade) e envolvendo os colaboradores, as pessoas da comunidade.

Um bom exemplo de produção sustentável de grãos vem de Guarapuava, região Centro-Sul do Paraná. Com foco na gestão, há anos o Grupo Santa Maria investe nos pilares que envolvem a sustentabilidade, estamos falando de economia, desenvolvimento social e meio ambiente. Em 2014, a Fazenda Três Capões, uma

das quatro propriedades rurais que integram o braço agrícola do Grupo, recebeu o Prêmio de Fazenda Mais Sustentável do Brasil pela Revista Globo Rural.

A gestão do setor agrícola do Grupo, baseada na experiência industrial no setor de celulose e papel, se tornou referência em excelente saúde financeira, colaboradores engajados e ambiente equilibrado. “Levamos para o campo o que aplicamos na indústria, com o uso de ferramentas de gestão, investindo em programas socioambientais e de valorização e capacitação de funcionários. A sustentabilidade é algo que tem que existir no dia a dia de qualquer negócio”, revela o Chief Executive Officer (CEO, o principal executivo de uma empresa) Marcelo Podolan Lacerda Vieira.



Seu Manoel e Marcelo, CEO do Grupo Santa Maria

Junto com o pai, Manoel Lacerda Cardoso Vieira, Marcelo transformou o setor agrícola da empresa Três Capões – que integra as fazendas Três Capões, Capão Alto, Fazenda Limoeiro e Tunas e Tuninhas, entre os municípios de Guarapuava, Cândói e Goioxim. Todos os 6,4 mil hectares de lavouras de soja, milho e trigo, durante as safras de verão e inverno, são cultivados sob o Sistema de Plantio Direto, com a rotação de culturas e Manejo Integrado de Pragas (MIP). “Nós sabemos que a adoção dessas práticas faz a diferença e só agregam valor à produção”, observa o diretor-executivo.

Além das boas práticas agrícolas, Marcelo lembra que o uso de tecnologias de última geração para aumentar a produtividade é algo frequente nas lavouras das fazendas. É o caso da Agricultura de Precisão (AP), que desde 2008, tem sido fortemente utilizada pelo Grupo. “Essa tecnologia permite e proporciona racionalidade no investimento, assim como reduz os custos e aumenta a produtividade. No caso de uma mancha na hora de aplicar fertilizantes, por exemplo, você iria aplicar ‘X’, mas acaba aplicando ‘Y’”, explica Marcelo.

Segundo o engenheiro-agrônomo Christian Ribas Sékula, gerente-agrícola do Grupo, ao longo desses anos o uso da AP resultou em aumento de produtividade nas lavouras e em uma economia de até 3% por ano na utilização de insumos. A combinação entre o uso de alta tecnologia e boas práticas agrícolas se reflete diretamente nas lavouras do Grupo. Na safra passada, por exemplo, a produtividade de soja atingiu 3.840 mil quilos por hectare, 11.580 quilos de milho e 3.480 quilos de trigo. Enquanto a média no Estado, de acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), foi de 3.100, 9.095 e 3.000 quilos por hectare, respectivamente.

Colaboradores engajados

Atualmente, a maioria dos produtores rurais é unânime em afirmar que não há mão de obra o suficiente para atender a demanda. Mas esse não é um problema para o Grupo Santa Maria, garante Marcelo, que investe pesado em programas de capacitação e valorização dos funcionários. “Não há como crescer sem o envolvimento e a participação dos colaboradores, eles são nossos parceiros. E isso se faz com programas de valorização”, diz.

Entre os programas de incentivo está o Melhor Operador, que dá uma recompensa em dinheiro para os melhores operadores com maior desempenho na colheita, o que inclui menores perdas. De acordo com o supervisor de administração agrícola, Eliton J. Marcondes, o colaborador com melhor resultado recebe um prêmio, como móveis e eletrodomésticos. “Isso motiva o funcionário, que se dedica para fazer o melhor. É uma relação de ganha-ganha, tanto a empresa como o colaborador são beneficiados”, avalia Eliton.

A sugestão de melhorias também faz parte dos programas adotados pela empresa, que estimula os funcionários a sugerir melhorias em seus processos, local ou equipamento. O objetivo é reduzir perdas e elevar o nível de produtividade; as sugestões aca-

tadas são premiadas de acordo com sua importância e economia gerada. O prêmio pode chegar até a uma viagem com a família.

Hoje, todos os 42 funcionários da empresa Três Capões têm planos de cargos e salários, assim como participação nos resultados da empresa. Nessa categoria, o colaborador deve atingir metas de produtividade.

Além da participação nos resultados, os colaboradores possuem planos de saúde e odontológico, subsídios para cursos técnicos, graduação e pós-graduação. A empresa também oferece moradia aos funcionários em todas as sedes das fazendas, o que inclui água e energia elétrica.

No que se refere à capacitação, uma equipe do Departamento de Recursos Humanos desenvolve os treinamentos e os colaboradores são capacitados para os devidos cargos. O SENAR-PR é uma das empresas parceiras do Grupo. “Nós evoluímos com a conscientização dos colaboradores, a capacitação e envolvimento deles. Esses programas geram bem-estar entre eles, além de maior produtividade”, destaca Marcelo.

De olho no meio ambiente

Segundo o CEO, pelo fato das atividades agrícolas estarem inseridas na natureza a preservação é fundamental. Por isso, de acordo com ele, a gestão ambiental é essencial.

Um dos pilares da sustentabilidade está justamente em dar a correta destinação a certos resíduos, como embalagens de defensivos. Hoje, nas fazendas do Grupo, há uma coleta seletiva dessas embalagens, com a destinação correta. Além disso, desde 2003, todo o lixo é separado e reciclado por uma central na Três Capões.

Hoje, a área de Reserva Legal do Grupo, que envolve o setor florestal e agrícola, concentra 5.516 hectares.



Fazenda Três Capões

O início

Natural de Goioxim, com 82 anos, Manoel Lacerda Cardoso Vieira, “Seu Manoel”, como é conhecido, iniciou a sua trajetória no setor madeireiro em Guarapuava na década de 60. Nesse período, trabalhava como vendedor de madeira serrada. “Como conhecia bem o mercado, comecei a trabalhar na área comercial da Santa Maria”, lembra.

Nos anos 70, os negócios foram crescendo na área florestal e ele fundou a Reflorestadora São Manoel. Com sangue de empreendedor nas veias, desde pequeno Seu Manoel tinha o sonho de fabricar papel. “Quando estava no primário, durante uma aula o professor explicou como o papel era produzido. Nessa época o produto era importado e coloquei na minha cabeça que um dia ainda iria produzi-lo”, recorda. O sonho se concretizou em 1974, com a aquisição da primeira máquina para a fabricação de papel.

De olho no mercado, na década de 80, ele decidiu diversificar os negócios da família. Na época, o setor madeireiro, que predominava na região, foi perdendo terreno para a agricultura.

Inicialmente, segundo Marcelo, como o pai sempre gostou muito de boi, decidiu criar gado de corte. Diante da potencialidade da região e do avanço do uso de tecnologias na agricultura, não demorou muito para que Manoel, com o faro de empreendedor, enxergasse uma nova oportunidade de negócio. “Nessa época, além da pecuária, ele começou a investir no plantio de batata e grãos”, conta o filho.

Na década de 90, desistiram do cultivo da batata e as lavouras de soja, milho e trigo foram aumentando ano a ano. “Fomos conhecendo o business, contando a assistência de agrônomos e, dessa forma, melhorando a nossa produção. Percebemos que agricultura era um negócio viável e depois de fazer as contas optamos em sair da pecuária”, relata o filho.

Hoje, o Grupo Santa Maria- que engloba as empresas Santa Maria Cia. De Papel e Celulose, a Reflorestadora São Manoel, Três Capões e a Curucaca Geradora - está entre as 500 maiores empresas da região Sul do país, segundo levantamento da Revista Amanhã de 2014.

O carro-chefe do Grupo é a comercialização de papel no mercado interno e externo, incluindo a América do Sul e alguns países da Europa. Em 2015, o Grupo vendeu 100 mil toneladas do produto no país e exportou 12 mil toneladas. No que se refere ao setor de reflorestamento, cultivava uma área de 11.937 hectares, sendo que 11.627 hectares são de pinus e uma área de 310 hectares de eucalipto.

Além do setor agrícola, o Grupo também atua na área de energia, com a instalação de duas usinas no Paraná com uma capacidade total de 40 MW/h. Ao total, emprega mais de 700 colaboradores diretos e 300 indiretos. Atualmente, Seu Manoel apenas participa das reuniões mensais de um Conselho, em que os gestores apresentam os resultados de todas as atividades do Grupo.



Parque industrial do Grupo Santa Maria



Marcelo: "O produtor deve conhecer mais a fundo o seu negócio, buscar conhecimento e colocar no papel o quanto está gastando para não ficar no escuro".

Questão de Vocação

Assim como o pai, o CEO Marcelo, 44 anos, desde cedo já sabia o que iria fazer: trabalhar nos negócios da família. Iniciou sua trajetória na Santa Maria aos 18 anos na área de créditos, posteriormente trabalhando em outras áreas da empresa. Em 1995, aos 20 anos, assumiu a administração de uma serraria no município de Goioxim enquanto acumulava funções na Reflorestadora São Manoel.

Inquieto, com o jeito para os negócios e de olho numa gestão mais profissional, ele ajudou o pai a criar as empresas para focar em cada negócio da família. Formado em Administração de Empresas e com diversos cursos no exterior, Marcelo assumiu o cargo de diretor-executivo do Grupo em 2012, atual CEO.

Quando se trata de gestão no agronegócio, ele avalia: "O produtor deve conhecer mais a fundo o seu negócio, buscar conhecimento e colocar no papel o quanto está gastando para não ficar no escuro".

Para Marcelo, a logística é um dos maiores gargalos no setor agrícola. Só para se ter uma ideia, segundo ele, o custo com o transporte é de R\$ 10 por saca de soja da Fazenda Três Capões até o Porto de Paranaguá. "Essa é a realidade da nossa ineficiência logística. Na comparação com os produtores americanos, por exemplo, o custo sai pela metade. Por isso, nós brasileiros temos que ser altamente competitivos na agricultura para compensar esse custo".

Com foco na gestão, o CEO conta que, hoje, cada fazenda possui um orçamento e uma determinada quantia para gastar. Tudo é monitorado mensalmente e a propriedade que sai tem que voltar para os trilhos. Se o orçamento ultrapassar o disponível, tem que ter uma justificativa plausível e caso isso não ocorra vai ser descontado do plano de participação dos funcionários nos resultados da empresa. "O funcionário sabe que se ele gastar mais do que pode vai ser prejudicado. As perspectivas são boas no agronegócio, mas não dá para abusar porque os custos aumentaram muito", explica Marcelo.

Proagro obrigatório

Enquadramento passa a abranger lavouras com crédito de custeio de até R\$ 300 mil – uma demanda solicitada pela FAEP, que já constava das propostas de Plano Agrícola e Pecuário encaminhadas ao Mapa desde 2013



A Resolução 4.509, publicada no dia 28 de julho pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), introduziu aperfeiçoamentos nas regras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) em lavouras com Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). O empreendimento de custeio agrícola de até R\$ 300 mil, cuja lavoura esteja compreendida no ZARC, financiado com participação de recursos controlados, deve ser integralmente enquadrado no Proagro. Acima desse valor não há obrigatoriedade. E caso o produtor contrate seguro agrícola, ficará desobrigado do Proagro.

Houve também aperfeiçoamento com a elevação da cobertura inicial, de 70% para 100%, reduzindo esse limite em 10% para cada cobertura deferida nos últimos 36 meses, até o limite mínimo de 80%. Essa demanda tem sido solicitada pela FAEP e constava nas propostas de Plano Agrícola e Pecuário da entidade que eram encaminhadas ao Mapa desde 2013.

Ainda na Resolução 4.509, de acordo com o Banco Central, fica vedado o enquadramento parcial de empreendimento de custeio agrícola, no caso de adesão voluntária do beneficiário ao Proagro, além do limite e condições estabelecidos no limite de R\$ 300 mil. Além disso, introduziu um ajuste nos valores utilizados como parâmetro para remuneração do técnico responsável pela comprovação de perdas para fins de indenização do Proagro, elevando-se o limite mínimo de R\$ 230 para R\$ 290, e o limite máximo de R\$ 940 para R\$ 1,2 mil, além de remuneração complementar de R\$ 80 nos casos em que for necessário realizar mais de uma visita ao imóvel.

A Resolução 4.510, também de 28/08, introduziu, de acordo com o Banco Central, ajustes nas normas do Proagro (Tradicional e Mais), para desonerar o produtor de procedimentos que se tornaram desnecessários para o controle do Proagro, bem como para

tornar mais claro o seu regulamento. Conforme o Banco Central, com a nova Resolução passa a ser permitida a cobertura, pelo Proagro Tradicional, em razão de perdas em lavouras irrigadas causadas por seca, nos casos de esgotamento dos mananciais de irrigação em decorrência de seca ou de interdição de fontes de água para irrigação. Além disso, foi reduzida, de 3% para 2%, a alíquota do adicional do Proagro (“prêmio”) para lavouras cultivadas em sistema de produção de base agroecológica ou orgânica.

Venda casada

Sobre a obrigatoriedade de Proagro, que não abrange as operações com valor acima de R\$ 300 mil, vale lembrar que os agentes financeiros podem exigir ou não como garantia de operações de crédito de custeio o seguro agrícola para as operações acima

de R\$ 300 mil. Logo, os bancos e cooperativas de Crédito podem exigir apólice de seguro agrícola como garantia do crédito rural, faculdade prevista no MCR-2-3-2 (Manual de Crédito Rural (item 2 da Seção 3 (Garantias) do Capítulo 2).

Vale lembrar que Lei 13.195/2015, que trata também da venda casada de seguro rural ainda não foi regulamentada. A regulamentação dessa lei vai definir as regras para as instituições financeiras ofertarem seguro rural. Uma das medidas prevê que o agente financeiro que exigir a contratação de apólice de seguro rural como garantia para a concessão de crédito rural fica obrigado a oferecer ao financiado a escolha entre, no mínimo, duas apólices de diferentes seguradoras, sendo que pelo menos uma delas não poderá ser de empresa controlada, coligada ou pertencente ao mesmo conglomerado econômico-financeiro da credora. Porém, essa lei não está em vigor ainda, aguardando a regulamentação pelo CMN.

NOTAS

Renegociação do PSI

No dia 28 de julho, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução nº 4.507 que autoriza o refinanciamento de operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Podem ser refinanciados investimentos no PSI de bens de capital agrícola, máquinas, equipamentos e caminhões que o tenham sido contratados até 31 de dezembro de 2015.

A Resolução definiu que a taxa de juros do financiamento será de TJLP (atualmente em 7,5%) mais 4,6% ao ano, e que os juros incidentes sobre o saldo devedor original deverão ser pagos conforme o período anteriormente contratado. Os produtores em dificuldade podem procurar os agentes financeiros e a análise da possível renegociação é realizada “caso a caso”. Uma das razões que leva os produtores a solicitar renegociação de dívidas de investimento é o baixo orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que em 2015 sofreu cortes. Menos que 20% das áreas agrícolas no país têm acesso ao seguro rural e a safra 2015/16 registrou perdas por problemas climáticos em diversas regiões. Sem o seguro rural, resta ao produtor a renegociação de dívidas.

Menos grãos

A produção de grãos no Paraná do ano agrícola 2015/2016 caminha para o seu final, com a expectativa de colheita de 35,9 milhões de toneladas nas três safras (de verão, outono/inverno e inverno). O volume é 6% menor que o anterior (2014/2015), que rendeu 38 milhões de toneladas, segundo relatório divulgado pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), no último dia 28 de julho.

No caso da soja, a colheita foi encerrada com um volume de 16,5 milhões de toneladas, cerca de 10% abaixo do potencial, que apontava para uma produção de 18,3 milhões de toneladas. Mesmo assim, a safra 2015/2016 é a segunda maior da história. Houve uma redução de 1,8 milhão de toneladas de soja.

Em relação ao milho da segunda safra, mais de dois terços da área cultivada (2,2 milhões de hectares) já foram colhidos. Segundo o economista Marcelo Garrido, do Deral, a safra tinha um potencial de produção de 12,9 milhões de toneladas, mas a colheita deve se encerrar com um volume ao redor de 11,3 milhões de toneladas, uma redução de 13% em relação à estimativa inicial.

Na cultura de trigo, 100% da área já foi plantada no total de 1,1 milhão de hectares. Até agora, a safra está com bom desenvolvimento e deverá ser 19% menor do que no ano passado, quando foram plantados 1,34 milhão de hectares. No que se refere ao feijão, o Paraná está concluindo a colheita da terceira safra de feijão plantada no Estado, que é pequena, mas que também apresentou quebra de produção como nas duas safras anteriores. No total, os paranaenses estão colhendo um volume de 595 mil toneladas entre as três safras plantadas no ano agrícola 2015/2016, que é 17% menor em relação ao volume colhido no ano anterior que somou 715 mil toneladas.

Bem-estar

ZERO CARBOIDRATOS.
ISSO É BOM?



Andam na moda as dietas livres de carboidratos. O objetivo é cortar completamente o consumo desse tipo de componente, presente em frutas, massas (incluindo pão e macarrão, por exemplo) e outros alimentos, como batatas e arroz, entre outros. Mas será que é bom ser assim tão radical?

A verdade é que o organismo humano precisa de carboidratos, como o açúcar, para produzir a energia indispensável à manutenção da vida.

O organismo humano necessita de açúcar como fonte de energia. Entre 50% e 60% da energia total fornecida pela nossa alimentação devem vir de carboidratos, que são quebrados em açúcar (carboidratos simples) para fornecer energia ao organismo. Caso o açúcar ingerido não seja utilizado na produção de energia, ele poderá se transformar em glicogênio, reserva energética armazenada no fígado. Assim como os demais carboidratos (glicose, frutose, amido), as gorduras e as proteínas que compõem a dieta, o açúcar também pode se acumular na forma de gordura corporal – e é isso que as pessoas temem. Isso ocorre quando o gasto energético é menor do que as calorias ingeridas. Por isto é recomendável que, além de adotar uma alimentação balanceada, as pessoas pratiquem exercícios físicos regularmente para quei-

mar o excesso de energia e, assim, manter um peso saudável.

É como uma conta matemática, que se costuma chamar de balanço energético. Ou seja: a relação entre as calorias (energia) consumidas em alimentos e bebidas e as calorias (energia) queimadas pelo corpo. Para a maioria das pessoas, quando a ingestão de calorias é igual ao gasto de calorias, o peso corporal se mantém estável – o que é uma condição desejável para adultos que estão com um peso saudável. Quando a ingestão excede muito o gasto, o peso corporal aumenta. Quando se queimam mais calorias do que as que são consumidas, ocorre a perda de peso. Simples assim.

O balanço energético é a chave para manter um peso saudável e aproveitar todos os alimentos e bebidas em um estilo de vida saudável e ativo que inclua uma dieta sensata com base no equilíbrio, na variedade, na moderação e na atividade física regular. Ele varia de pessoa para pessoa e depende de fatores como sexo, idade, volume corporal e nível de atividade física.

Muito embora o balanço energético possa parecer um conceito simples, no longo prazo, a saúde exige o controle ativo de ambos os lados da equação do balanço energético (quer dizer, o consumo de alimentos e o gasto de energia). Isso

inclui compreender as necessidades energéticas do corpo, inclusive o impacto da atividade física, e conhecer o conteúdo calórico dos alimentos e das bebidas. Isso também inclui adotar comportamentos como o controle das porções e calcular as calorias consumidas e gastas para ajudar no controle da ingestão de energia. Pesquisas sugerem que pequenas decisões diárias, como quantas vezes e quanto comer e beber, se a pessoa usa as escadas ou o elevador e mesmo se ela controla ou não o peso, podem ter um grande impacto no peso corporal e na saúde com o passar do tempo.

Para crianças e adolescentes são necessárias mais calorias conforme elas se desenvolvem e crescem. Em geral, por exemplo, uma menina de 13 anos, moderadamente ativa, vai precisar de mais calorias do que uma menina de nove anos, moderadamente ativa. Para os adultos, conforme envelhecem são necessárias menos calorias. Um homem ativo de 31 anos necessitará de mais calorias do que um homem ativo de 50 anos.

Um quilo de gordura corporal é constituído por aproximadamente sete mil calorias. Assim, é necessário que a diferença entre calorias consumidas e calorias gastas totalize aproximadamente sete mil calorias para se perder ou ganhar um quilo de gordura corporal.

Pragas olímpicas

De acordo com estudo, o trânsito de milhares de estrangeiros para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro eleva o índice de ameaça fitossanitária no país

Por Carlos Guimarães Filho



Os milhares de estrangeiros que desembarcam, desde o mês passado, no Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos podem significar uma ameaça ao agronegócio brasileiro. Além de roupas, calçados e utensílios pessoais, esses viajantes correm o risco de trazer na bagagem, de forma involuntária, centenas de ameaças fitossanitárias as lavouras nacionais.

De acordo com o estudo “Olimpíadas das Pragas – Levantamento de pragas quarentenárias associadas a frutos, grãos e solos”, desenvolvido pela consultoria Oxya Agro e Biociências, ao abrir as portas aos estrangeiros por conta do maior evento esportivo do mundo, o Brasil se expõe a centenas de eventuais pragas exóticas. Na definição técnica, praga quarentenária é todo organismo de natureza animal e/ou vegetal, que estando presente em outros países ou regiões, mesmo sob controle permanente, constitui ameaça à economia agrícola do país.

“A maior parte das pragas que hoje causa perdas expressivas no Brasil veio de outras partes do mundo (Bicudo-do-algodoeiro, ferrugem-asiática-da-soja, helioverpa, Ceratitis capitata e mosca-branca). Poucos indivíduos entram, passam por um processo de adaptação que pode demorar anos ou décadas e, ao encontrar situações favoráveis, como plantas hospedeiras e clima, a população, em algum momento, estoura”, explica Regina Sugayama, pesquisadora, diretora da Oxya Agro e Biociências e coordenadora do estudo.

Eventos de grande porte do passado comprovam o risco fitossanitário elevado que o Brasil está correndo. Na China, em 2008, mais de 50 espécies exóticas foram encontradas após o término dos Jogos Olímpicos. Em 2014, após a Copa do Mundo, seis novas pragas foram detectadas por aqui.

Para minimizar o risco da entrada destas espécies exóticas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) reforçou as barreiras sanitárias em aeroportos, portos, rodovias e fronteiras. A principal ação dos fiscais agropecuários ocorre nos terminais dos aeroportos, principal porta de entrada dos atletas e turistas.

Por amostragem, passageiros que desembarcam no Brasil são abordados para revista. Caso seja detectado materiais impróprios, como frutas ou outro tipo de alimentos, estes são apreendidos. Em função do grande fluxo neste mês, o Mapa colocou cachorros treinados para farejar possíveis materiais biológicos nos aeroportos. Quando o animal identifica algum cheiro na bagagem, automaticamente a pessoa é convocada para revista. Além de alimentos, as pragas podem estar presentes no solo em bagagem, produtos vegetais, calçados e até pneus de automóveis.

“Embora existam avisos nos aeroportos de que frutas e sementes e demais produtos de origem vegetal não são permitidos, é comum as pessoas carregarem pera, maçã ou sementes na bolsa. Quando identificado, esse produto é recolhido e incinerado, pois pode estar transportando algum patógeno”, explica Jorge de Souza, gerente técnico da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Aabrafrutas). O setor de frutas é o mais suscetível as pragas estrangeiras (veja quadro na página 17).

Em ocasiões anteriores, os fiscais agropecuários do Mapa já apreenderam alimentos com risco de pragas, como marmelo

oriundo da Alemanha, manga de Camarões, banana do Haiti, fruta cítrica da Itália, grãos diversos com passageiro do Peru e frutos e grãos com restos de solo de Mali. O solo é uma das principais vias de ingresso de pragas.

Para a diretora da Oxya, a fiscalização intensa, não só durante grandes eventos no país, é necessária para minimizar os efeitos na agricultura nacional, um dos principais motores da economia brasileira. “Os impactos imediatos são o aumento no custo de produção e aumento das perdas diretas. Além disso, há risco de perder mercados internacionais. Perde também a sociedade, ao ter que pagar mais caro por alimentos. Afinal, se o produtor gasta mais para produzir, esse custo adicional é repassado. Perde o meio ambiente, pois as espécies exóticas podem competir com as nativas e afetar a população delas”, aponta.

Dimensão continental

Apesar de o Rio de Janeiro ser a sede oficial dos Jogos Olímpicos, algumas modalidades estão sendo disputadas em outras cidades. As partidas do futebol, tanto masculino como feminino, estão ocorrendo em Manaus, Salvador, Brasília, Belo Horizonte e São Paulo, além do Rio de Janeiro. No total, são 16 países disputando o título masculino, enquanto 12 seleções competem no torneio feminino.





Esse deslocamento das delegações, e conseqüentemente dos torcedores e turistas que acompanham os jogos, aumenta consideravelmente o risco de disseminação das pragas. “Muitas delegações trazem alimentos especiais para os atletas. Tudo isso é fiscalizado”, explica Aral Saldanha de Aquino, médico-veterinário e fiscal federal agropecuário do Mapa, que trabalha há 10 anos no aeroporto Afonso Pena.

Ainda, como o Brasil tem diversos pontos turísticos, que estão sendo visitados pelos estrangeiros, as probabilidades de pragas ampliam. “O trânsito intenso ajuda a ampliar esse problema. Por isso, a fiscalização precisa ocorrer em todos os aeroportos, não só no Rio de Janeiro”, ressalta Souza.

O gerente técnico da Abrafrutas reforça também a necessidade de uma comunicação eficiente quanto a proibição da entrada de alimentos no país. “Impossível fiscalizar 100% das pessoas. O segredo é uma comunicação efetiva, pois o tema é muito sério e pode incrementar a disseminação de pragas, não só no Brasil, mas no mundo”, diz. “Se a praga se adaptar as condições climáticas do Brasil, por si só se espalha. As pessoas transitando para lá e para cá colaboram com o processo”, complementa.

Paraná

No Paraná, principalmente pela importância da agricultura na economia estadual, o sinal de alerta está ligado. A expectativa é de que muitas cidades paranaenses com viés turístico, principalmente Foz do Iguaçu por conta das famosas Cataratas, recebam milhares de turistas e atletas, durante e após as Olimpíadas.

Por conta disso, a fiscalização no Estado foi dobrada. O sistema utilizado é semelhante ao da Copa do Mundo de 2014,

quando Curitiba recebeu quatro jogos e, conseqüentemente, milhares de torcedores.

“Na Copa, o fluxo foi mais intenso. De qualquer forma, como sabemos que muitos turistas estão transitando, fica um alerta especial”, diz Aquino.

No Estado, caso algum alimento seja identificado, será remetido a uma autoclave, aparelho para esterilização por meio do calor úmido sob pressão. “Não liberaram incineração aqui. Então, estamos utilizando a autoclave, espécie de panela de pressão que decompõem o alimento. Nenhum ser vivo sobrevive. Depois é levado para o lixão”, explica o fiscal federal agropecuário do Mapa.

Lavouras ameaçadas

Segundo o estudo produzido pela consultoria Oxya, as culturas mais ameaçadas são, em ordem, pêssego e ameixa, maçã, pera, laranja, limão e tangerina, arroz, uva, soja, manga e banana. Esta lista tem como base a quantidade de pragas ausentes no Brasil, mas presentes nos países que participam das Olimpíadas. No pêssego e ameixa, 46 eventuais pragas externas foram identificadas, enquanto na maçã o número é de 41.

O grande número de frutas na lista chama a atenção. A explicação está no fato destes alimentos serem mais sensíveis a interferência externa. “Frutas normalmente são vegetais mais propensos. Qualquer cidadão que vier para cá pode trazer um patógeno estranho”, explica Souza.

Recentemente, o Brasil teve uma carga de limão recusada na Europa porque os frutos estavam com cancro cítrico, uma praga exótica. Há dois anos, o Chile fechou as portas para a manga brasileira por causa de infestação por *Ceratititis capitata*.

O RISCO DA FRUTICULTURA

Lavouras mais ameaçadas por pragas ausentes no Brasil, mas presentes nos países que participam das Olimpíadas, em número de pragas.



Fonte: Consultoria Oxya

Soja

Principal produto de exportação do agronegócio brasileiro, a soja requer atenção especial por parte do Ministério da Agricultura e demais órgãos ligados a segurança alimentar. A oleaginosa não figura entre as principais lavouras ameaçadas por pragas estrangeiras, mas o fato de ser plantada de Norte a Sul e de Leste a Oeste do país exige cuidados especiais.

De acordo com o estudo da Oxya, ao menos 160 países que disputam as Olimpíadas apresentam pelo menos uma espécie de praga quarentenária para a soja ausente no Brasil. A liderança da lista é ocupada pelos Estados Unidos, com 16 espécies, seguido pela China (15), África do Sul (15) e Austrália (15).

“O desafio de proteger a cultura da soja contra novas pragas é imenso no Brasil. Além de estar presente do Amapá ao Rio Grande do Sul, ela é cultivada o ano todo. A adoção de boas práticas de manejo, começando pelo monitoramento é fundamental. O produtor precisa ir à lavoura ou ter pragueiros olhando as plantas. Fazer aplicação de calendário, além de jogar dinheiro fora, faz com que não se enxergue o problema”, ressalta Regina.

Vilões

Os Estados Unidos são quem mais oferecem ameaça à agricultura brasileira, de acordo com o estudo. O país abriga 289 pragas ausentes no Brasil.

Na sequência aparece Itália, com 205 pragas, Índia, 188, China e França, com 180, e Japão com 175 (Veja a lista na página 17).

Metodologia

O estudo “Olimpíadas das Pragas – Levantamento de pragas quarentenárias associadas a frutos, grãos e solos” reúne informações sobre as espécies de pragas quarentenárias ausentes no Brasil, mas potencialmente associadas a bagagens de passageiros e solo. O trabalho considerou cerca de 600 espécies de 249 países.

Para cada espécie de praga, o estudo considerou a instrução normativa que regulamenta status da praga, a distribuição geográfica, o círculo de hospedeiros e a associação com vias de ingresso (frutos, grãos e solo). Espécies encontradas no Brasil foram desconsideradas do estudo.

NÚMEROS

50 novas espécies de pragas foram identificadas no Brasil na última década, sendo que 65% foram introduzidas pelo ser humano.

84,4% dos 249 países pesquisados apresentaram pelo menos uma espécie de praga quarentenária. Os Estados Unidos estão no topo da lista.

159 dos 249 países analisados pelo estudo apresentaram pelo menos uma espécie de praga quarentenária para a cultura da uva.

“Não estamos (ainda) preparados”

Em entrevista, Zander Navarro destaca a importância da participação das entidades do agronegócio no processo de sucessão familiar



Tanto quanto os preços das commodities, as tecnologias adotadas nas lavouras e as novas variedades de sementes disponíveis no mercado, a sucessão familiar figura entre os principais temas debatidos no campo (e fora dele). “Independente do ramo produtivo, da região, da intensidade econômica ou dos recursos, a sucessão na atividade agropecuária é hoje um desafio para todas as famílias, das mais abonadas às de menor renda”, destaca Zander Navarro, sociólogo, professor e pesquisador da Embrapa Estudos e Capacitação, em Brasília.

Para Navarro, que será um dos palestrantes do evento de premiação do programa Empreendedor Rural, promovido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR no final do ano, o processo de sucessão precisa ser realizado em parceria do pai com o filho, com apoio decisivo das organizações do campo, cooperativas, extensão rural, movimento sindical (patronal e de trabalhadores rurais) e ONGs, ou seja, toda e qualquer entidade que se dedica ao desenvolvimento rural. “Essas participações na transição no comando dos estabelecimentos rurais reduz os conflitos e cria mecanismos para suavizar a transição”, destaca.

Acompanhe detalhes da entrevista que Zander Navarro concedeu ao Boletim Informativo da FAEP.

Boletim Informativo - Muitos jovens estão deixando a fazenda para ir morar nas cidades. Quais os efeitos que esse processo pode gerar?

Zander Navarro – No geral, a vida rural é muito precária. Os serviços de saúde são péssimos, a educação para as crianças é ruim e existe também o isolamento social. Em algumas regiões, as moças estão deixando o campo primeiramente, pois detêm níveis de escolaridade mais altos e encontram emprego nas pequenas cidades de sua região. Assim, a razão de gênero (relação entre homens e mulheres, segundo faixas de idade) está se desequilibrando contra os rapazes. Se esse fenômeno continuar, o processo de esvaziamento do campo se tornará irreversível, pois as comunidades rurais se tornarão intoleravelmente “masculinizadas” para os rapazes que permanecerem no campo.

BI - De uma forma geral, os produtores brasileiros estão preparados, ou melhor, preparam seus filhos para sucessão nos negócios?

ZN - Não, de forma alguma. São raros aqueles que discutem o assunto e se preparam para o dia em que precisarão transferir o controle do patrimônio para um dos membros da família. É um tema emergente, para o qual não estamos ainda preparados, nem a maioria das famílias rurais e nem aqueles interessados no destino das regiões rurais ou da produção agropecuária.

BI - No processo de sucessão, é importante que todos os membros da família participem do processo?

ZN - É fundamental a transparência do processo, inclusive por uma razão legal. Se os direitos de herança são iguais para todos, de acordo com os preceitos legais, será necessário um "arranjo familiar" que satisfaça a todos os membros da família. Se não for assim, inevitavelmente surgirão conflitos danosos ao processo sucessório. Sempre será necessária a concordância de todos os membros da família e, por isso, muita conversa, participação e transparência serão necessárias.

BI - Mesmo após o pai passar o bastão para o filho, é importante que ele continue participando do planejamento?

ZN - Os pais acumulam uma sabedoria de décadas acerca das atividades produtivas e da vida social no campo. Desperdiçar esse conhecimento seria um erro e, por isso, a permanência dos pais em alguma esfera decisória é essencial, mesmo após concretizada a sucessão.

BI - Como fazer com que os jovens enxerguem a propriedade como uma alternativa rentável?

ZN - Não existe uma receita universal, aplicável em todos os casos. Os jovens precisam ser estimulados a buscar mais e mais informações, interagir com outros produtores bem sucedidos, elevar a escolaridade e, assim, irão achando seus espaços nos mercados e nas relações econômicas. Mesmo propriedades de menor porte econômico oferecem diversas alternativas produtivas rentáveis e o desafio será identificar essas alternativas.

BI - Quando o filho do produtor, o herdeiro, não for o sucessor da propriedade, como proceder?

ZN - Isso ocorrerá em situações muito específicas. No caso de propriedades de maior tamanho e de níveis de renda mais elevado, existirão contratos para determinar os ganhos dos filhos herdeiros. No caso de pequenas propriedades, se tal fato ocorrer, as partes de herança legítima precisarão ser ressarcidas, conforme estipula a lei. Não existe mais a chance de manter tradições do passado e, por isso, em casos como esse será sempre preciso o apoio de um advogado, para que todos os direitos sejam respeitados.

BI - Os produtores brasileiros entendem a fazenda como uma empresa?

ZN - Como uma atividade que precisa produzir renda e lucro, sim. Mas não como uma empresa, pois para isso precisariam organizar suas contas rigorosamente, buscar informações sobre os componentes de seus custos de produção, se informar sobre novas oportunidades e controlar rigidamente seus gastos, sempre buscando ampliar seus ganhos.

BI - Qual a importância de entidades ligadas ao agronegócio desenvolverem programas focados na sucessão familiar?

ZN - A sucessão nas atividades rurais é hoje um tema de crescente importância, para famílias rurais mais ricas ou mais pobres. Por isso, se as organizações rurais puderem se capacitar melhor para discutir os diversos ângulos do assunto com seus associados, maiores serão as chances de processos de transição mais proveitosos para as famílias rurais.



Sangue novo no campo

Quando a gestão da propriedade é compartilhada com as novas gerações, as mudanças ocorrem naturalmente



Isabela com o pai na granja que ela ajuda a gerir

Um dos temas mais centrais para a continuidade da atividade rural brasileira – e que vem despertando muitas preocupações – é a sucessão familiar nas propriedades. Este tema esteve em debate no último dia 28 de julho, quando o Emater, na ocasião da comemoração dos seus 60 anos de atividade, promoveu um evento sobre gestão e sucessão rural dentro da programação do Show Pecuário de Cascavel.

Na ocasião, o depoimento da jovem produtora Isabela Albuquerque, de Santa Helena, emocionou a plateia de mais de 300 pessoas que assistiam ao evento, ao contar sua história de vida e o orgulho que tem em ser agricultora. Aos 22 anos, ela participa ativamente da gestão da propriedade da família, que trabalha com bovinocultura de leite, suinocultura, além de lavoura de soja e milho. “O pai estava na dúvida se construía uma segunda granja de suínos ou não, mas eu apoiei e me coloquei à disposição para cuidar”, lembra.

Nesse processo de compartilhamento da gestão da propriedade, o respeito é a palavra-chave. Segundo a jovem, o ideal é

aliar a experiência de vida do pai, que conhece na prática a lida da propriedade, e as inovações que a jovem traz. “A gente pode não concordar às vezes, mas nunca entramos em conflito, encontramos sempre uma solução”, diz.

Formada em Gestão Comercial, Isabela iniciou recentemente uma pós-graduação em Recursos Humanos. “Sempre gostei de estar no meio de pessoas”, afirma. Talvez por isso, tenha tido tanto sucesso em inspirar outros jovens do campo a assumir com orgulho a identidade de produtor rural.

Essa jornada pessoal começou quando Isabela tinha 15 anos e participava do grupo de jovens da Cooperativa LAR. Naquela época ela conta que seu espírito de liderança começou a aflorar e sensibilizar outros jovens. “Me espelhei muito no meu pai, que sempre participou ativamente da comunidade”, conta. Depois da cooperativa, ela passou a desenvolver essa vocação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena. “O sindicato quer que eu repasse para os outros jovens essa minha experiência e esse orgulho que eu sinto em ser produtora. Acho que essa é a minha missão”, conta.

Dividindo tarefas

A cada ano mais jovens deixam o campo em busca de melhores oportunidades na cidade. Nos últimos 30 anos a população rural, que era a mais numerosa, encolheu e hoje responde por apenas 15,13% da população brasileira. De acordo com o engenheiro-agrônomo José Gindri, do Emater de Nova Aurora, de acordo com os últimos censos do IBGE a região Oeste do Paraná perdeu 22% da população rural num período de 10 anos. “Você tem o maior êxodo rural do mundo no Brasil”, diz.

Segundo ele, uma das formas de mudar esse paradigma é mudar o conceito de “sucessão” para “compartilhamento” da gestão da propriedade. “Quando você fala em sucessão, você tem a ideia que o jovem só vai assumir a propriedade depois que o pai morrer. Mas quando você prepara o filho, compartilha com ele a gestão, essa sucessão ocorre naturalmente”, afirma.

Mais informação, melhores negócios

Série de seminários sobre tendências para o mercado de grãos prossegue no fim do mês, em Goioerê e Ivaiporã



No período de 20 a 28 de julho, o economista e consultor Flávio França Junior percorreu as principais regiões do Paraná com os seminários Tendências de Mercados de Grãos. Os eventos foram realizados em Cornélio Procópio, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Cascavel, Pato Branco, Ponta Grossa e Guarapuava.

Mais seminários

No dia 29 de agosto, o Sindicato Rural de Goioerê promove o Dia de Mercado de Grãos, na Associação Comercial e Industrial de Goioerê (ACIG), a partir das 19h. Além da palestra de

França Junior, os participantes terão a oportunidade de assistir a uma apresentação da economista Tânia Moreira, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, sobre a conjuntura econômica e o agronegócio.

No dia seguinte, 30 agosto, às 19h, o evento também será realizado em Ivaiporã, na sede do Sindicato Rural do município. A entrada é gratuita e não há necessidade de se inscrever antecipadamente. Mais informações no Sindicato Rural de Goiorê (44) 3522-2643 e no Sindicato Rural de Ivaiporã: (43) 3472-2056.

Agrotóxicos são necessários ou não?

Sem o uso de defensivos, a produção agrícola no Brasil sofreria redução da ordem de 50%

Por José Otávio Menten, Ciro Rosolem e Luiz Carlos Corrêa Carvalho



A agricultura brasileira tem sua reputação e sua imagem frequentemente questionadas, mas é necessário que prevaleça a verdade, com base em fatos comprovados. A comunidade científica acompanha com rigor as inovações tecnológicas e o desenvolvimento da agricultura no Brasil e o Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) tem o objetivo de discutir temas relacionados à sustentabilidade da atividade agrícola e tomar posição, de maneira clara e isenta, sobre o assunto, valorizando o conhecimento científico (<http://agriculturasustentavel.org.br>).

O Brasil é líder na produção e na exportação de soja, milho, cana, algodão, laranja, etc. Essas conquistas se deram em paralelo ao desenvolvimento social do campo e maior consciência e respeito ambiental. O aumento da produtividade foi mais importante

do que a expansão da área cultivada, de modo que cerca de 65% do território brasileiro continua coberto por matas nativas. Nos últimos 35 anos a produção de grãos no Brasil aumentou 198%, enquanto a área cultivada cresceu apenas 28%.

Estando em região tropical, o Brasil desenvolveu tecnologias próprias para superar suas limitações. Um dos grandes desafios tem sido a convivência e redução dos danos causados pelas pragas agrícolas (insetos, doenças e plantas daninhas). Nos trópicos, onde a neve não controla naturalmente as pragas, estas são mais diversificadas e atuam com maior intensidade. E no País, todas as culturas agrícolas estão sujeitas a pragas. Medidas de controle são necessárias, incluindo o uso de produtos fitossanitários, para reduzir danos, manter a produtividade, a qualidade e custos com-

patíveis dos produtos agrícolas.

As pragas são controladas utilizando todas as medidas disponíveis. É o chamado manejo integrado de pragas (MIP). São usados métodos genéticos (resistência das plantas), biológicos (inimigos naturais), culturais (rotação de culturas, erradicação, vazio sanitário), legislativos (evitar introdução de novas pragas) e químicos (produtos fitossanitários/defensivos).

O manejo químico com produtos fitossanitários é um dos mais utilizados, por sua eficiência e sua segurança. Trata-se da aplicação de inseticidas, fungicidas e herbicidas. Se os produtos fitossanitários não fossem utilizados, a produção agrícola sofreria redução da ordem de 50%. Sem defensivos seria necessário dobrar a área cultivada, com a incorporação de terras hoje cobertas de floresta, com elevação nos preços dos alimentos, fibras e agroenergia. A boa notícia é que foi demonstrado pela Kleffmann que de 2004 a 2011 o uso de produtos fitossanitários por unidade de produto cresceu 120% na China e 47% na Argentina, enquanto no Brasil houve redução de 3%. É o agronegócio brasileiro fazendo a lição de casa.

Os produtos fitossanitários em uso no Brasil são extremamente seguros. São desenvolvidos por empresas que empregam ciência e tecnologia de ponta. Para que um novo produto chegue aos produtores rurais há necessidade de muita pesquisa e avaliações rigorosas de qualidade. São necessários cerca de 12 anos de estudos e investimento aproximado de US\$ 250 milhões para que uma nova substância possa ser utilizada.

Antes de serem liberados para os agricultores, os produtos devem ser registrados nos órgãos reguladores do País: Mapa, Anvisa e Ibama. Esses órgãos seguem protocolos internacionais e exigem cerca de cinco anos de estudos por especialistas. Tal procedimento fez com que, nos últimos 40 anos, as doses dos produtos fitossanitários usados no Brasil fossem reduzidas em quase 90% e a toxicidade aguda, em mais de 160 vezes.

Mas a alta qualidade dos produtos fitossanitários não basta. Há necessidade de seu uso correto e seguro. Para isso são fundamentais educação e treinamento dos usuários, para que as boas práticas agrícolas sejam adotadas. Milhares de manipuladores desses produtos são treinados anualmente pelas empresas e instituições rurais. Deve-se destacar que seguir rigorosamente a receita agrônômica, em especial quanto à dose utilizada e à obediência ao intervalo de segurança (tempo entre a aplicação e a colheita), é fundamental para que não haja contaminação dos alimentos. Isso tem contribuído para que a qualidade dos alimentos ofertados à população seja adequada – e é confirmado pelo monitoramento dos limites máximos de resíduos (LMRS), realizado pelos órgãos



reguladores, como Mapa e Anvisa, além de diversas empresas privadas.

Destaque especial deve ser dado às embalagens vazias de produtos fitossanitários: o Brasil é líder mundial na destinação correta – cerca de 94% de todas as embalagens usadas são recolhidas e devidamente destinadas, por meio da ação articulada entre os fabricantes, os distribuidores, os agricultores e o poder público. É o rural inspirando o urbano no respeito ao ambiente!

Além do manejo adequado de pragas, muitos outros aspectos da agricultura brasileira requerem conhecimento para que se chegue a posições apropriadas. Por se tratar de um assunto sensível, especialistas de ocasião, mídia sensacionalista e outros acabam por emitir opiniões infundadas, ou mesmo fundamentadas em pesquisas de má qualidade. O CCAS tem se preocupado em trazer a público ciência de qualidade em linguagem compreensível, em especial quando se trata de alimentos, segurança alimentar e ambiente de qualidade.

Existem insinuações relacionando o uso de produtos fitossanitários a maior incidência de câncer, malformação congênita, resíduos em leite materno, etc., sem demonstração de nexos causais. Não há evidências científicas para suportar tais hipóteses. O assunto exige tratamento responsável.

** JOSÉ OTAVIO MENTEN, CIRO ROSELEM E LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO SÃO RESPECTIVAMENTE: DIRETOR DO CCAS E PROFESSOR ASSOCIADO DA ESALQ-USP; VICE-PRESIDENTE DE ESTUDOS DO CCAS E PROFESSOR TITULAR DA FCA-UNESP; MEMBRO DO CCAS E PRESIDENTE DA ABAG*

Publicado no Jornal O Estado de S. Paulo no dia 19/07/2016

Os mosquitinhos do Ivaí

Com a ajuda do SENAR-PR, produtores vão tornando mais florida a paisagem da Capital da Uva Niágara

Por Hemely Cardoso



Adriano Souza Paula e Antônio Carlos Emídio em uma das estufas no Sítio Santo Antônio, em Rosário do Ivaí

A pequena Rosário do Ivaí, de 5,5 mil habitantes, costuma orgulhar-se do título de “Capital da Uva Niágara” no Estado. A atividade envolve 250 famílias de agricultores e concentra uma área de 150 hectares, segundo dados da Secretaria da Agricultura do município. Lá, onde o relevo é totalmente quebrado, a paisagem é repleta de parreirais que compartilham as áreas com as lavouras de tomate e a criação de gado de leite e de corte. Mas há novidades nessa paisagem.

A sete quilômetros da sede do município, o Sítio Santo Antônio tem deixado sua contribuição para que a região fique mais colorida. Pelos 4,5 mil metros quadrados da propriedade, as flores brancas, rosas e cor de vinho nas variedades *Gypsophila* (mais conhecida pelo nome de mosquitinho), *Lisianthus* e boca-de-leão chamam a atenção da vizinhança. Essa paisagem se estabeleceu há dois anos, quando o representante comercial Adriano Souza Paula, de

São José dos Pinhais, e o seu primo Antônio Carlos Emídio decidiram investir no cultivo de flores por lá.

O que começou como um hobby se tornou num novo negócio. Hoje, eles cultivam em média 30 mil mudas de *Lisianthus*, 10 mil de boca-de-leão e 1.200 de mosquitinhos por mês. Toda a produção é vendida na região de Ivaiporã, Maringá e Londrina. “Só não vendemos mais porque não temos produção”, conta o representante comercial.

No início, os dois arregaçaram as mangas, testando as variedades, acertando o manejo e cultivo das flores. Inexperiente na área, Adriano contou com o apoio e conhecimento de Antônio, que já havia trabalhado com floricultura durante cinco anos em Bragança Paulista (SP).

Para dar uma força ainda maior ao novo negócio, Antônio e mais sete pessoas da família, entre esposa, filha e irmãos, fize-

ram o curso básico de Floricultura do SENAR-PR, no ano passado. “Embora eu já tivesse conhecimento da atividade, o curso foi fundamental para corrigirmos alguns pontos durante o manejo. Dentre eles, o jeito certo de fazer os canteiros, a adubação e análise do solo, algo que a gente não fazia”, relata o primo.

Em relação ao manejo do mosquitinho, por exemplo, Antônio explica que a pequena flor chega a atingir uma altura média que varia de 60 a 120 centímetros e possui um ciclo de vida longo, uma média de dois anos. A primeira colheita ocorre normalmente após 60 dias o plantio.

O mosquitinho, também chamado de branquinho, é uma planta que se caracteriza por apresentar inúmeras e delicadas flores pequeninas da cor branca. Por isso, ela é comumente utilizada na decoração de casamentos. Hoje, eles vendem o maço desta flor por um preço médio de R\$ 12. No Dia das Mães e Namorados, segundo Adriano, o valor quase dobra.

Negócio certo

De dois anos para cá, as flores só prosperaram no Sítio Santo Antônio. Tanto que Adriano e Antônio investiram R\$ 121 mil num caminhão para fazer a entrega das plantas. O valor foi financiado através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). “Estamos gradativamente aumentando a nossa carteira de clientes e já estamos estudando novas variedades de flores para plantar”, revela o representante comercial.

Filho de gente que sempre mexeu com a terra, José Gomes de Paula e Neuza Fernandes de Souza Paula, há três anos Adriano, que há 16 anos percorre o Estado como representante comercial de uma marca de roupa infantil, decidiu comprar o sítio de 14,4 hectares para passar os finais de semana. “Eu cresci passando as minhas férias por aqui e comprei o sítio como um hobby mesmo”, conta ele, acrescentando que antes de iniciar o cultivo de flores, a ideia era investir na produção de tomate.



Mosquitinho

O que era uma brincadeira se tornou num negócio rentável. “Até agora a floricultura se mostrou viável e, por enquanto, todo o nosso faturamento está sendo reinvestido na ampliação da atividade”, observa.

Para quem pretende investir neste setor, ele dá a dica: “Tem que se organizar e programar o plantio com pelo menos seis meses de antecedência, assim como conhecer um pouco do mercado. Além disso, ter vontade de trabalhar porque é uma atividade totalmente manual e exige 100% de dedicação”.

Segundo Antônio, a atividade está valendo a pena: “é um setor que gera renda, movimenta o caixa toda semana”.

A floricultura em números

A receita da floricultura paranaense, medida pelo Valor Bruto da Produção (VBP), cresceu 17% em 2014 em relação a 2013, chegando a R\$ 115,2 milhões, segundo os dados mais recentes divulgados pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab). Desde 2005, o SENAR-PR está contribuindo no desenvolvimento da floricultura no Paraná. Atualmente, há dois cursos disponíveis: Trabalhador Básico na Floricultura e Trabalhador Avançado na Floricultura.



Adriano Souza Paula: “Estamos aumentando gradativamente nossa carteira de clientes, e já estamos estudando novas variedades de flores para plantar”



Pena maior para furto de gado

O furto e a recepção de animais de bando, como bovinos, suínos e caprinos, serão punidos de forma mais rigorosa. É o que estabelece a Lei 13.330/2016, publicada no dia 3 de agosto no Diário Oficial da União. Anteriormente, o furto era punido com pena de um a quatro anos de reclusão. A nova regra estabelece pena de dois a cinco anos de reclusão para quem subtrai esses animais, ainda que abatidos ou divididos em partes. Também enquadra como crime a comercialização, o armazenamento, a exposição à venda ou mesmo a entrega de carne ou outros alimentos sem origem controlada.

A nova lei tem origem no projeto de lei 128/2015, proposto pelo Afonso Hamm (PP-RS) e aprovado pelos senadores em 13 de julho.

Censo Agropecuário

No dia 28 de julho, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução nº 4.507 que autoriza o refinanciamento de operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Podem ser refinanciados investimentos no PSI de bens de capital agrícola, máquinas, equipamentos e caminhões que o tenham sido contratados até 31 de dezembro de 2015.

A Resolução definiu que a taxa de juros do financiamento será de TJLP (atualmente em 7,5%) mais 4,6% ao ano, e que os juros incidentes sobre o saldo devedor original deverão ser pagos conforme o período anteriormente contratado. Os produtores em dificuldade podem procurar os agentes financeiros e a análise da possível renegociação é realizada “caso a caso”. Uma das razões que leva os produtores a solicitar renegociação de dívidas de investimento é o baixo orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que em 2015 sofreu cortes. Menos que 20% das áreas agrícolas no país têm acesso ao seguro rural e a safra 2015/16 registrou perdas por problemas climáticos em diversas regiões. Sem o seguro rural, resta ao produtor a renegociação de dívidas.

Quinze produtos do agronegócio respondem por 40% das exportações totais

Os 15 produtos do agronegócio brasileiro mais exportados pelo Brasil atingiram US\$ 6,5 bilhões em vendas no último mês, 39,9% do total, revela a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Esse número foi 15,1% inferior ao do mesmo período de 2015. Entre as principais mercadorias do setor, cresceram as exportações de açúcar refinado (52,7%, atingindo US\$ 200 milhões), açúcar em bruto (44,6%, ou US\$ 863 milhões), fumo em folhas (7,3%, US\$ 192 milhões), etanol (5%, US\$ 105 milhões) e madeira serrada (4,9%, US\$ 43 milhões).



Menos exportações

Volume das vendas de soja e milho do Brasil caiu 31% na comparação entre julho de 2016 com o mesmo período do ano passado

Por Tânia Moreira Alberti, economista da FAEP



No mês de julho foi embarcado o volume de 5,78 milhões de toneladas de soja em grãos com valor exportado de US\$ 2,42 bilhões. Este volume é 31,4% menor que o volume embarcado em julho de 2015 de 8,44 milhões de toneladas, recorde na série histórica desde 1997. O valor exportado sofreu queda de 25% em relação a julho do ano passado.

Apesar de o resultado de julho ter mostrado redução, o acumulado do ano é de 44,3 milhões de toneladas embarcadas de janeiro a julho, o que é maior que as 40,6 milhões de toneladas embarcadas no mesmo período de 2015. As 44,3 milhões de toneladas de 2016 foram o maior volume embarcado de soja na série histórica iniciada em 1997 para os meses entre janeiro e julho, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Os fatores que ajudam a explicar a redução do volume embarcado em julho são: a comparação com o mês recorde de exportação em julho de 2015, as exportações mais intensas e antecipadas que 2015 nos quatro primeiros meses do ano de 2016, a recente valorização do real e a queda dos preços internacionais da soja.

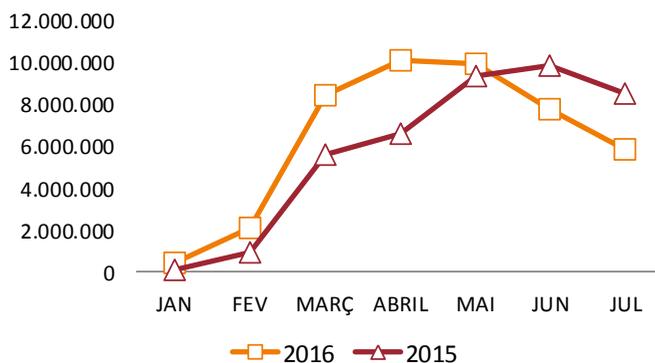
No milho, as exportações de julho totalizaram 1,04 milhões de toneladas, com valor exportado de US\$ 184,3 milhões. O volume exportado caiu 18,3% em comparação a julho de 2015. No entanto, no acumulado do ano, o volume exportado de milho totalizou 13,3 milhões de toneladas ou mais que o dobro do volume exportado entre janeiro e julho de 2015, a partir de dados do MDIC.

Como na soja, as exportações nacionais do milho nos primeiros quatro meses do ano foram mais intensas que as registradas em 2015. Além disso, a valorização do real e queda dos preços internacionais torna mais caro o preço interno comparativamente ao preço de exportação.

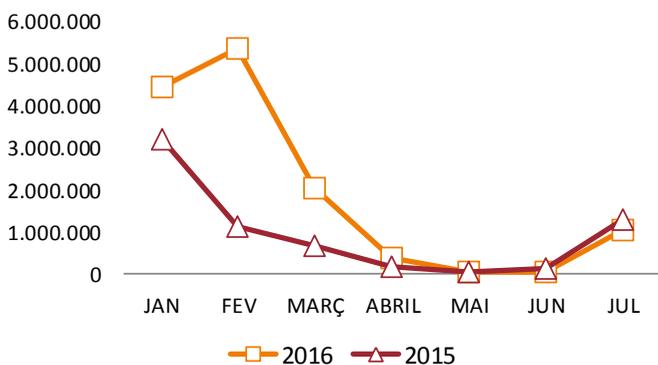
Perspectivas

Considerando a recente valorização do real, o movimento de queda na Bolsa de Chicago, e as menores ofertas no mercado interno a expectativa é de que os volumes exportados no ano de 2016 para soja e milho sejam menores que os recordes exportados em 2015, no total de 54,3 e 28,9 milhões de toneladas.

Exportações mensais de soja



Exportações mensais de milho



Fonte: MDIC. Elaboração: DTE | Sistema FAEP

Campina da Lagoa



JAA

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu entre os dias 14 de março e 5 de junho, duas turmas do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) - Cenário Agrossilvopastoril - Mecanização Agrícola. O instrutor foi Xisto Roque Pazian Netto.

Cianorte



Formatura JAA

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu, no dia 5 de julho, a formatura dos integrantes do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) do Colégio Estadual Iglea Grollmann. Os jovens participaram de 36 encontros entre março e junho de 2016.

Ipiranga



Sol Rural

O Sindicato Rural de Ipiranga, em parceria com a empresa Souza Cruz, promoveu entre os dias 6 de junho a 2 de julho um curso do programa Sol Rural. Participaram 20 pessoas com o instrutor João Alberto Ferreira.

Ivaiporã



Colhedoras

O Sindicato Rural de Ivaiporã, em parceria com a Simex - Máquinas Agrícolas, promoveu, entre os dias 13 a 15 de julho, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - Colhedora axial - NR-31. Participaram 15 pessoas com o instrutor Newton Cardoso da Silva.

Rio Azul



Motosserra

O Sindicato Rural de Rio Azul promoveu entre os dias 19 e 23 de julho o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Motosserra - Corte Polivalente de Árvores. Participaram seis pessoas com o instrutor Elori Antonio Silva.

Ortigueira



Escavadeira

O Sindicato Rural de Ortigueira promoveu nos dias 19 a 23 de julho o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Tratores De Esteira – Escavadeira Hidráulica. Participaram 14 produtores da região com o instrutor Claudio Rodrigues.

Bandeirantes



Panificação

O Sindicato Rural de Bandeirantes promoveu nos dias 19 e 20 de julho o curso Produção Artesanal de Alimentos – Panificação. Participaram 15 pessoas com a instrutora Maria Luzinete Pina Zanin.

Ibiporã



Classificação de Grãos

O Sindicato Rural de Ibiporã realizou nos dias 6 e 7 de junho o curso Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal - Classificação de Grãos milho e soja. Participaram 15 produtores e trabalhadores rurais com a Instrutora Ivonete Teixeira.



Droga boa, droga ruim

Felix Hoffmann, químico a serviço da companhia alemã Bayer, registrou a descoberta de duas diferentes substâncias no espaço de apenas 11 dias, em 1897. A primeira foi a aspirina – que garantiu a Hoffmann um lugar de destaque na ciência por décadas. A segunda foi a heroína, que a Bayer colocou no mercado já no ano seguinte. A droga era apresentada como um supressor da tosse e um tratamento para os viciados em morfina. Ficou à venda legalmente por 12 anos, até que a companhia admitiu que ela provocava dependência.

Lacônicos

Pouco usada hoje em dia, a expressão “lacônico” se refere a uma pessoa de poucas palavras, que se expressa em frases curtas e duras. Sua origem está em uma região histórica da Grécia, a Lacônia (também chamada de Lacedemônia) onde ficava a cidade de Esparta, famosa pela bravura de seus soldados. Os historiador Plutarco conta que quando Filipe da Macedônia preparava-se para invadir a região, enviou uma carta aos líderes espartanos, com o seguinte conteúdo: “Se eu invadir a Lacônia, arrasarei vossas cidades!”.

A resposta lacônica foi curta e grossa: “Se”.



220 milhões

Esse é o número de células olfativas de um cão pastor alemão. O ser humano tem, em média, 5 mil células desse tipo. Dá para entender por que os cachorros têm um olfato tão mais apurado que o nosso!

Museu

O Museu do Louvre, em Paris, foi inaugurado oficialmente em 10 de agosto de 1793. Antes disso, o local havia abrigado uma fortaleza militar (no século XII) e foi a residência do rei Carlos V. Sua transformação em um local para exposições públicas de arte começou bem antes, mas ele só foi aberto à visitação de todos como parte da comemoração do primeiro aniversário da Revolução Francesa. No ano passado, ele foi o museu mais visitado do mundo, com 7,3 milhões de pessoas.



Reinado curto

Luís Antônio, duque de Angoulême, era o sucessor ao trono da França em 1830. Seu pai, Carlos X, abdicou do cargo durante a revolução de julho daquele ano. Luís assumiu oficialmente o posto, como Luís XIX, mas por pouco tempo. Dizem os historiadores que ele ouviu por 20 minutos os argumentos de sua esposa em favor da permanência no trono, até que decidiu abdicar. Deixou a França e acabou morrendo 14 anos depois, na Áustria. Por isso costuma-se apontar seu reinado como o mais curto da história.



Ipê sobrevivente

Este belo ipê florido se destaca em meio à lavoura, em Sengés. O produtor Jeronimo Wesgueber fez questão em cuidar da árvore e hoje orgulha-se em contar sua história às netas Yzabel e Hellena.

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo e-mail: imprensa@faep.com.br

Ironia

Escrito no rodapé da nota fiscal de uma funerária:
"Obrigado. Volte sempre."

Respire fundo...



O electricista vai até a UTI de um hospital, olha para os pacientes ligados a diversos tipos de aparelhos. Então ele grita:

– Pessoal, respirem fundo que eu vou precisar trocar um fusível!



Mande por garrafa

Retratado de forma cômica em desenhos animados e piadas, o envio de mensagens em garrafas é uma forma possível de comunicação – embora muito pouco suficiente. Se for bem vedada, a garrafa pode viajar por décadas pelo mar. O problema principal é que nunca se sabe onde ela irá parar. O caso mais antigo de que se tem comprovação é o de uma garrafa lançada por Parker Bidder, um cientista da Associação Biológica Marinha do Reino Unido, em novembro de 1906. Ela foi resgatada em abril de 2015, na Alemanha.

A história mais surpreendente é a de Chunosuke Matsuyama, um marinheiro japonês que teria ficado isolado em uma ilha do Pacífico, em 1784. Seu relato, escrito em cascas de coqueiro, foi colocado em uma garrafa que flutuou até 1935, até ser achado por um pescador na vila de Hiraturemura, local de nascimento do próprio Matsuyama. Muitos creem, no entanto, que a história do marinheiro não passa de lenda.



A vida é bela

A tristeza e o pessimismo pesam na nossa economia, na nossa saúde e nas nossas relações. Mas não precisa ser sempre assim. As propostas abaixo fazem parte de um conjunto de 50 razões para escolher o otimismo, escritas pelo publicitário francês Thierry Saussez, que foi conselheiro de comunicação do ex-presidente Nicolas Sarkozy. A ideia de Saussez é que essas atitudes podem tornar a vida mais bela – e também as vidas das outras pessoas, porque o otimismo, segundo ele, é contagioso. Eis como começar:

Não confie na sorte

Depois de um revés, muitas pessoas se queixam de que não têm sorte na vida. A verdade, no entanto, é que a sorte não existe. As pessoas que parecem ter sorte são aquelas que vão ao encontro daquilo

a que Maquiavel chamava de “boa fortuna”. Têm iniciativa e estabelecem contatos com muitas pessoas, o que aumenta as possibilidades de encontrarem a sua alma gêmea, um bom emprego ou o apartamento ideal. É energia, e não sorte. É força de vontade, espírito de conquista.

Não exagere no sofrimento

Nas sondagens realizadas nos últimos anos, o medo do desemprego está sempre em alta, mesmo quando o desemprego esteve em baixa. O exagero quanto aos riscos e ao sofrimento é um fenômeno coletivo, que pode nos afetar individualmente. Luta por fazer o dinheiro chegar ao fim do mês? Comece por não exagerar no sofrimento. Considere também as coisas que vão bem, conseguiu alcançar.

Ponha as coisas em perspectiva

Por que dar tanta importância a tudo o que acontece? Dê um passo atrás e ponha os acontecimentos em perspectiva, comparando-os com outros. Isto não é o mesmo que se distanciar da realidade – na verdade, é colocá-la em seu devido lugar. A quem duvida disto, recomendo que ouçam os testemunhos de mulheres vítimas de câncer recorrente, que, uma e outra vez, lutam e descobrem novas razões para viver e ter esperança. Frequentei workshops sobre o bem-estar e vi pessoas que não sentiam pena de si próprias. Sentiam, isso sim, uma vontade incrível de melhorar. As suas frustrações e preocupações são, na realidade, assim tão importantes?



Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em / / _____
Em / / _____ Responsável

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br